

ANÁLISE MACRO E MICROTEXTUAL DA ARGUMENTAÇÃO EM UM EDITORIAL

Roberto de Farias David Junior¹;

Ana Cristina Simões de Araújo²

¹ Mestre em Letras Vernáculas (Programa de Pós Graduação em Letras Vernáculas, UFRJ). robertofdavidjr@gmail.com

² Doutoranda em Letras Vernáculas (Programa de Pós Graduação em Letras Vernáculas, UFRJ).

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar um editorial do jornal O Globo, tendo como base os estudos de Amossy (2018) sobre a argumentação no discurso. O trabalho conta, também, com as contribuições de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) para a análise macrotextual e as de Ducrot e Anscombre (1983) para a análise microtextual da argumentação. A análise do texto destaca o recurso aos valores do auditório, ao *pathos* e ao *ethos*, bem como o uso de argumento de autoridade, de analogia e o emprego de determinados elementos linguístico-discursivos, como operadores argumentativos e marcadores de pressuposição.

Palavras-chave: Argumentação no Discurso; Nova Retórica; Argumentação na Língua; Discurso midiático; Editorial.

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é analisar o emprego de determinados procedimentos discursivos dos níveis macro e microtextual em textos argumentativos – especificamente, no editorial “É inadmissível o apagão que afeta a população do Amapá”, publicado pelo jornal O Globo no dia 8/11/2020. O editorial é um gênero textual opinativo cujas informações e opiniões são de responsabilidade do veículo de comunicação em que o texto foi publicado. Por apresentar um caráter predominantemente argumentativo, diversas estratégias são utilizadas para a defesa do ponto de vista presente no texto.

No desenvolvimento deste trabalho, apresentaremos, primeiramente, os pressupostos que norteiam a pesquisa. A seção dos pressupostos (Seção 1) se divide em três subseções, cada uma delas dedicada a um estudo referente à argumentação: os estudos atuais da argumentação no discurso, de Amossy (2018); as contribuições para a análise macrotextual propostas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014); e os conceitos de Ducrot e Anscombre (1983) que colaboram para a análise microtextual.

Na seção posterior (Seção 2), a análise do editorial selecionado será precedida por uma apresentação de características desse gênero textual, tais como a autoria e a *mise en scène* discursiva. No decorrer de toda a análise, demonstram-se a complementaridade entre as teorias e a riqueza de diálogos possíveis.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Esta seção destaca os principais pontos dos estudos de Amossy (2018) sobre a argumentação, as noções básicas do trabalho de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) e os conceitos importantes da teoria de Ducrot e Anscombre (1983).

1.1 Contribuições de Amossy para o estudo da argumentação no discurso

De acordo com Amossy (2018), os estudos atuais da argumentação no discurso são fruto das contribuições de três grandes áreas do conhecimento: a retórica, a lógica e a pragmática. Cada uma delas, com suas teorias e metodologias desenvolvidas ao longo do tempo, trouxe elementos que enriquecem a análise argumentativa contemporânea.

De tudo que a autora apresenta como contribuição em seu trabalho, este artigo se atém, como já foi apontado, aos fundamentos retóricos – mais detidamente, às contribuições da Nova Retórica, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) – e aos pragmáticos – especificamente, as contribuições de Ducrot e Anscombre (1983) – da análise da argumentação. São esses os estudos que discutiremos mais à frente.

Após traçar um panorama dos estudos argumentativos e apontar as contribuições de diversas correntes teóricas para a análise argumentativa contemporânea, Amossy (2018) destaca elementos que devem ser considerados ao estudar a argumentação em suas mais variadas formas. A autora afirma, então, que a análise do discurso em sua visada e/ou dimensão persuasiva precisa ter uma abordagem:

- (1) *comunicacional*, uma vez que deve levar em conta a situação de comunicação e a relação de interlocução estabelecida entre os sujeitos;
- (2) *genérica*, tendo em vista a centralidade do conceito de gênero textual e dos seus constituintes (finalidade comunicacional, distribuição prévia dos papéis dos interagentes, tipologias/ modos de organização do discurso) no estudo da interação entre os sujeitos na/pela linguagem;
- (3) *dialógica*, já que a troca entre os parceiros, o confronto de pontos de vista e a adaptação do locutor ao auditório são elementos fundamentais do processo argumentativo;

- (4) *textual*, porque é importante estudar a construção textual, os processos lógicos e os procedimentos de ligação dos enunciados para compreender a estrutura argumentativa do texto;
- (5) *figural*, tendo em mente os possíveis impactos das figuras empregadas no texto e dos efeitos provocados pelo estilo que o locutor adota na enunciação, em prol de sua intenção persuasiva; e
- (6) *linguagreira*, pois deve levar em conta os meios que a própria linguagem oferece para a construção da argumentação (encadeamento dos enunciados, elementos linguístico-discursivos como marcas de implícitos, operadores argumentativos, modalizadores, escolha lexical etc.).

Na análise dos textos e dos discursos, esses elementos se imbricam de forma que nem sempre é possível delimitar o que pertence a uma ou a outra abordagem. O que importa é que se tenha em mente, ao estudar a argumentação, tudo que colabora para a eficácia do projeto persuasivo do sujeito enunciador.

Outra contribuição importante para os estudos da argumentação no discurso é a distinção entre *dimensão argumentativa* e *visada argumentativa*. Por conta da pluralidade de perspectivas sobre o mundo e do dialogismo inerente à enunciação, todo enunciado se constrói com base num ponto de vista entre vários e orienta o outro, então, a ver de uma determinada forma o mundo e o que nele há. Nesse sentido, todo enunciado teria uma dimensão argumentativa, mesmo aqueles em que não há uma intenção explícita de convencer o outro. Trata-se de casos em que há a apresentação de uma perspectiva sobre o real sem que haja defesa da validade dessa forma de perceber e categorizar os elementos do mundo concreto.

Por outro lado, há enunciados que nitidamente apresentam um posicionamento sobre algo no mundo e que buscam provar a validade de um ponto de vista. Há, nesses casos, um projeto mais ou menos consciente de persuasão do outro, e podem-se identificar:

uma *questão retórica* que gera *respostas antagônicas* (expressamente formuladas ou não); uma tomada de posição do sujeito; e um discurso cuja intenção é fazer um ponto de vista prevalecer ou tornar-se aceito. Identifica-se, então, uma visada argumentativa nesses enunciados.

A partir da distinção entre dimensão argumentativa e visada argumentativa, a autora propõe, então, a existência de um *continuum* de modalidades argumentativas. Isso permite que se identifiquem textos tipicamente argumentativos e que se reconheça que, mesmo em textos mais narrativos ou descritivos, por exemplo, pode haver algum nível de influência do enunciador sobre seu interlocutor, na forma como aquele constrói seu enunciado. Os textos do primeiro tipo estariam num polo do *continuum* e os do segundo, no outro.

A seguir, apresentam-se as contribuições oferecidas pelos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca ao estudo da argumentação no discurso.

1.2 Contribuições de Perelman e Olbrechts-Tyteca para a análise macrotextual

O trabalho de Perelman e Olbrechts-Tyteca retoma, na década de 1950, conceitos fundamentais da retórica aristotélica – a qual havia perdido prestígio entre as ciências modernas, especialmente no século XIX, por uma série de fatores socioculturais. O *Tratado da argumentação* (2014), que marca o início da chamada Nova Retórica, é uma obra basilar para os estudos contemporâneos da argumentação no discurso.

É importante ressaltar que o estudo dos autores se volta especialmente para a análise dos esquemas de pensamento e dos tipos de ligação entre ideias, em detrimento dos aspectos linguageiros. Por isso, suas contribuições estão relacionadas principalmente ao estudo da argumentação no nível macrotextual.

Nesse sentido, destaca-se a taxionomia dos argumentos proposta pelo trabalho. O resultado de seus estudos é a elaboração

de um amplo repertório dos universais argumentativos, dos esquemas de raciocínio, das técnicas de persuasão que constituem um raciocínio plausível.

Quanto às técnicas argumentativas, há as técnicas de associação – que consistem em criar vínculos entre elementos (seres, ideias, eventos etc.) – e as técnicas de dissociação – que desfazem vínculos previamente estabelecidos (seja pelo senso comum, seja por saberes específicos partilhados por um grupo de pessoas). As primeiras são divididas, ainda, em: argumentos quase-lógicos, argumentos fundamentados na estrutura do real e argumentos que fundamentam a estrutura do real.

Os argumentos quase-lógicos criam vínculos de forma semelhante à estrutura silogística. O silogismo é uma forma clássica de dedução da lógica formal: a partir de uma afirmação geral (“Todos os seres humanos são mortais”) e de uma afirmação particular (“Aristóteles é um ser humano”), ambas estabelecidas como verdades incontestes, chega-se a uma terceira afirmação particular (“Logo, Aristóteles é mortal”). O argumento quase-lógico se apresenta de forma semelhante a essa estrutura; a conclusão a que se chega, no entanto, não é *necessária*, mas *provável*, possível, preferível.

Os argumentos fundamentados na estrutura do real são aqueles que se baseiam em relações consideradas existentes no mundo objetivo. Observando o mundo, o indivíduo percebe, por exemplo, que determinados fenômenos decorrem de outros anteriores; isso leva à percepção de que o mundo é regido por *causalidades*. Nesse sentido, é comum que se estabeleçam relações de causa-consequência (ou causa-efeito) entre acontecimentos. As relações de causalidade que podem ser estabelecidas por indivíduos como argumento em favor de uma tese são exemplos da criação de argumentos fundamentados na estrutura do real.

Já os argumentos que fundamentam a estrutura do real constroem uma imagem da realidade, sem partir de relações pré-estabelecidas. O que se tem, nesses casos, é uma generalização a

partir de um caso particular (indução) ou a transposição de algo que é aceito em um domínio particular para outro(s) domínio(s). Enunciações proverbiais (MAINGUENEAU, 2013: 215) são exemplos de argumentos que fundamentam a estrutura do real: quando se diz que “de grão em grão, a galinha enche o papo”, há a transposição da forma como a galinha se alimenta (sem pegar vários grãos por bicada) para situações particulares da vida humana, em que se pode escolher entre fazer muitas coisas ao mesmo tempo ou fazer poucas coisas, uma de cada vez; essa associação, que não é logicamente necessária, geralmente serve de argumento para defesa da segunda opção, como uma forma de dizer que “pequenos passos garantem o sucesso da empreitada”.

Cada uma dessas grandes divisões apresenta, ainda, diversas subdivisões que não serão exploradas em sua totalidade neste artigo. Apontaremos, na análise, apenas as técnicas empregadas no editorial que analisaremos.

O trabalho de Perelman e Olbrechts-Tyteca se destaca não só pela ampla classificação dos conteúdos proposicionais do enunciado (*logos*), mas também pelo resgate de noções importantes da retórica aristotélica, como a de *ethos* e a de *pathos* (ARISTÓTELES, 2005: 37). Embora não usem esses termos específicos, os autores tratam desses conceitos ao abordar a construção da imagem do orador (*ethos*) e as emoções provocadas no auditório (*pathos*) como elementos essenciais do projeto de persuasão. *Logos*, *ethos* e *pathos* compõem uma espécie de tripé da retórica aristotélica, sendo estes dois voltados para a emoção, ao passo que o primeiro diz respeito à razão; os três são, por isso, primordiais para a “adesão dos espíritos às teses”.

Outro elemento importante são os acordos entre orador e auditório (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2014: 73). Não é possível estabelecer argumentação sem que os sujeitos participantes do ato de linguagem estejam de acordo quanto a determinados elementos e representações do mundo; por isso, esses acordos são considerados o ponto de partida da argumentação.

Trata-se das premissas comuns aos sujeitos de uma determinada comunidade e que são mobilizadas sem gerar controvérsia: saberes de crença, valores, esquemas de pensamento, entre outros.

A seção seguinte trata das contribuições dos estudos de Ducrot e Anscombe.

1.3 Contribuições de Ducrot e Anscombe para a análise microtextual

Em uma perspectiva denominada Teoria da Argumentação na Língua (TAL), Oswald Ducrot e Jean Claude Anscombe (1983) destacam a função semântico-enunciativa dos elementos linguísticos no discurso. Dentre eles, estão os conectivos e os operadores argumentativos, termos gramaticais e discursivos responsáveis por explicitar o processo pelo qual um argumento leva a determinada conclusão.

Para Ducrot (1972) o uso da linguagem vai além da descrição do mundo. A estrutura da língua é utilizada para convencer o interlocutor a entrar em um jogo argumentativo, construído por afirmações verdadeiras ou falsas.

No ato de dizer, há dois componentes essenciais para a construção do enunciado: o semântico e o retórico. O componente semântico ou linguístico é imutável e está relacionado ao uso literal da proposição, enquanto o retórico está associado a elementos extralinguísticos, à situação comunicativa em que é empregado, adquirindo sentido variável.

No enunciado “Está chovendo”, por exemplo, o componente semântico é a informação meteorológica. Por outro lado, o enunciado pode representar um pedido para que se feche a janela, se a água da chuva estiver molhando algo da casa; para que se recolham as roupas do varal, no caso de elas estarem estendidas em espaço aberto; ou um desejo de voltar para casa, se pronunciado durante um passeio ao ar livre. Essas possibilidades dizem respeito ao componente retórico.

Nessa abordagem, a argumentação é considerada um fato da língua, visto que o nível semântico e o retórico são indissociáveis e não sobrepostos: “o sentido de um enunciado comporta, como parte integrante, constitutiva, essa forma de influência que se chama força argumentativa. Significar, para um enunciado, é orientar” (cf. DUCROT, ANSCOMBRE 1988; *apud* AMOSSY, 2018: 35).

No exemplo dado anteriormente, “Está chovendo” pode orientar o outro a fechar a janela, a recolher as roupas ou a voltar para casa; essa orientação compõe o sentido do enunciado. Seu uso funciona como um argumento que pode levar o interlocutor a uma dessas conclusões, excluindo-se as demais.

Outra noção presente nessa teoria é a de *topoi*, que nomeia os “fiadores dos encadeamentos discursivos” (cf. ANSCOMBRE 1995; *apud* AMOSSY, 2018: 35). Em “Está chovendo, vamos voltar para casa”, há o *topos* segundo o qual um passeio na chuva não é agradável. Na Teoria da Argumentação na Língua, privilegiam-se o modo de encadeamento dos enunciados e a organização dos discursos, analisando-se minuciosamente os *topoi* ou os conectores que explicitam a argumentação na superfície do texto (“Está chovendo, *então* vamos voltar para casa”).

Os operadores argumentativos podem articular enunciados constituídos por argumentos de mesmo peso (classe argumentativa) ou por argumentos que representam uma gradação de força crescente para chegar a uma determinada conclusão (escala argumentativa). Em “Ele é um excelente marido (tese). Fechou a janela. Recolheu as roupas do varal”, os dois argumentos têm o mesmo peso, a mesma importância na defesa da tese. Porém, se construirmos o enunciado como “Ele é um excelente marido (tese). Fechou a janela e *até* recolheu as roupas do varal”, o operador destacado tem a função de apontar o argumento mais forte.

As noções de *pressuposto* e de *subentendido* também são discutidas por Ducrot. O primeiro é linguisticamente marcado no enunciado (componente semântico), e o segundo está relacionado a elementos

extralinguísticos (componente retórico), que precisam ser recuperados para sua compreensão: “O *posto* é o que afirmo, enquanto locutor, o *subentendido* é o que deixo meu ouvinte concluir, enquanto o *pressuposto* é o que apresento como pertencendo ao domínio comum das duas personagens do diálogo” (cf. DUCROT, 1987; *apud* GOUVÊA; SILVA, 2019: 861).

Voltemos ao exemplo anterior. Se uma pessoa diz “Está chovendo” e imediatamente alguém se levanta para recolher as roupas do varal, isso significa que tal enunciado funciona como um pedido ou ordem no contexto de interação em que é proferido, e não como uma simples informação sobre as condições climáticas. Nesse caso, estamos diante de um conteúdo subentendido, pois, apesar de não haver nenhuma marca linguística que indique o imperativo, o enunciado leva o interlocutor a uma determinada ação.

Em “Juliana parou de passear”, a presença do verbo “parar” pressupõe que Juliana estava passeando antes, já que esse verbo designa a interrupção de um acontecimento. Mesmo que seja feita uma negação (“Juliana não parou de passear”) ou uma interrogação (“Juliana parou de passear?”), o conteúdo pressuposto, representado linguisticamente pelo vocábulo “parou”, permanece: o que mudará é o conteúdo posto em cada enunciado. No entanto, com as construções “Não está chovendo” ou “Está chovendo?”, no contexto apresentado acima, a ação de recolher as roupas no varal deixa ser uma possibilidade, pois, em nenhum dos casos, sua realização estará subentendida.

Transformar a asserção em uma negação ou em uma interrogação é um dos testes propostos por Ducrot para diferenciar conteúdo subentendido de conteúdo pressuposto, e mostra a força argumentativa que a palavra “parar” possui no enunciado. Esse verbo, assim como “permanecer”, “deixar de”, “continuar”, “passar a” – que indicam permanência ou mudança de estado, bem como início, continuidade ou interrupção de processos –, são denominados *marcadores de pressuposição*, assim como alguns

operadores argumentativos (já, agora, ainda) e conectores circunstanciais (desde que, depois que, embora).

A partir das concepções desenvolvidas ao longo desta subseção e das duas anteriores, procederemos à análise de um editorial. É importante sinalizar que não há a pretensão de esgotar todas as possibilidades de análise, mas a de proporcionar uma aplicação prática de alguns dos elementos aqui mencionados e que consideramos de extrema importância para a constituição do texto.

2 ANÁLISE DE UM EDITORIAL

Antes de tratar do texto específico escolhido para análise, convém tecer alguns comentários sobre o gênero textual e sobre a *mise en scène* discursiva, tendo em vista que a análise da argumentação é, também, genérica e comunicacional.

O editorial é um texto jornalístico opinativo escrito em nome do veículo de comunicação em que se encontra. Sua autoria é classificada por Alves Filho (2006) como *autoria institucional*, que se manifesta quando o indivíduo responsável pela escrita do texto “apaga” sua individualidade e fala em nome de uma instituição. As opiniões e informações veiculadas pelo editorial do jornal O Globo são, portanto, opiniões do próprio jornal e informações cuja responsabilidade é atribuída a esse veículo de imprensa.

O sujeito da enunciação é, então, o jornal O Globo. O auditório consiste, primeiramente, no público-alvo do jornal: indivíduos das classes A e B (de acordo com informações do site “Sobre a Infoglobo”¹), preferencialmente assinantes, e que, ao me-

¹ Disponível em: < <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/institucional.aspx> >. Acesso: 24 nov. 2020.

nos virtualmente, têm valores e opiniões semelhantes aos da linha editorial do periódico. O auditório pode, contudo, não ser assinante do jornal, não pertencer às classes sociais apontadas e, ainda, não partilhar dos valores e opiniões do veículo de comunicação. Passa-se a considerar como auditório, então, qualquer potencial leitor atento às questões que afetam a sociedade.

Por ser um texto opinativo, o editorial é predominantemente argumentativo. Isso significa que há uma evidente *visada argumentativa* nesses textos: ao discutir eventos ou questões que afetam a sociedade no momento da enunciação, há sempre uma tese a ser defendida e argumentos que a sustentam. Mesmo quando há trechos descritivos ou narrativos, esses trechos funcionam como estratégias para defesa do ponto de vista do jornal.

Tendo essas informações sobre o gênero e sobre a *mise en scène* do ato de linguagem, passa-se à leitura e análise do editorial “É inadmissível o apagão que afeta a população do Amapá”, publicado no dia 8/11/2020.

É inadmissível o apagão que afeta a população do Amapá

Moradores estão privados de serviços básicos. Sistema só deve ser normalizado em dez dias

O blecaute que atingiu o Amapá após um incêndio na subestação de energia da capital, Macapá, na noite de terça-feira, expôs uma situação inadmissível. Ao menos 13 dos 16 municípios do estado foram mergulhados num caos prolongado. Sem energia, serviços essenciais como comunicações e abastecimento de água ficaram comprometidos. Hospitais passaram a funcionar à base de geradores. Do ponto de vista da racionalidade, pode parecer inacreditável, mas estima-se que o fornecimento só será plenamente restabelecido dentro de dez dias.

Enquanto isso, cidadãos que trabalham e pagam seus impostos em dia são submetidos a situações insólitas, como lavar louça na calçada do reservatório local; buscar água com baldes diretamente nos rios; recorrer ao aeroporto ou a shoppings para carregar celulares; disputar preciosos

galões de água mineral e sacos de gelo com uma multidão; e enfrentar longas filas nos postos de combustíveis que ainda permanecem abertos.

De acordo com as informações oficiais, o incêndio na subestação provocou o desligamento automático das linhas de transmissão Laranjal/Macapá e das hidrelétricas Coaracy Nunes e Ferreira Gomes. Na quinta-feira, o ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque, esteve em Macapá — onde foi decretado estado de calamidade — para gerenciar a crise. Disse que o problema está sendo solucionado — ontem a energia foi retomada em alguns pontos —, mas que o sistema como um todo só deverá voltar ao normal em dez dias.

O apagão, que afeta cerca de 90% da população de 861 mil pessoas, foi aparentemente provocado por um raio que atingiu um dos transformadores da subestação de Macapá, a única do estado. O equipamento reserva, que poderia ser usado, está em manutenção desde dezembro.

“Trata-se de um absurdo completo”, afirma o professor de planejamento energético da Coppe/UFRJ Luiz Pinguelli Rosa. “Tem que haver redundância. Não pode o estado inteiro ficar pendurado numa única subestação.” Embora a responsabilidade maior seja do estado, fica evidente para ele a falta de supervisão do setor pelo Ministério das Minas e Energia.

Não se pode admitir que quase todos os municípios de um estado mergulhem na escuridão sem perspectivas de uma solução num tempo razoável. Os governos estadual e federal precisam dar uma resposta às falhas que resultaram nesse cenário de caos — a população não tem nem sequer água para

beber. É imprescindível criar redundâncias para suprir o fornecimento de energia em casos semelhantes e cuidar da manutenção dos equipamentos reservas. Nada garante que um raio não possa cair duas vezes no mesmo lugar.

Jornal O Globo, 2020.

Esse editorial tem como tema a queda de energia no estado do Amapá, que, de acordo com o que se supunha na época da publicação, teria sido provocada por um raio que atingiu a subestação da capital, Macapá. Desde o início do blecaute, em 03 de novembro, diversos veículos de comunicação se posicionaram sobre o ocorrido.

O procedimento fundamental para análise da argumentação é a identificação da tese. No editorial em questão, a tese é precisamente o enunciado que serve de título ao texto: “É inadmissível o apagão que afeta a população do Amapá”. É em torno dela que o texto se constrói e é em favor dela que os argumentos são selecionados e organizados, de forma que sua defesa seja eficaz.

No primeiro parágrafo, a indicação da quantidade de cidades sem energia elétrica e a descrição da situação precária de serviços essenciais mostram por que “É inadmissível o apagão que afeta a população do Amapá”. Os valores numéricos em “Ao menos 13 dos 16 municípios do estado foram mergulhados num caos prolongado” – bem como a porcentagem em “afeta cerca de 90% da população de 861 mil pessoas”, no quarto parágrafo – são relevantes para a defesa da tese, pois demonstram quão inaceitável é que não tenham sido tomadas todas as medidas cabíveis para evitar ou conter o apagão. Quanto maior a quantidade de cidades e de pessoas atingidas, maior deveria ser a urgência do restabelecimento do fornecimento de energia elétrica.

Em “Hospitais **passaram** a funcionar à base de geradores”, o verbo “passar (a)”, que denota mudança de estado/início de

processo, funciona como um marcador de pressuposição, indicando que os hospitais, que agora funcionam com energia reserva, funcionavam plenamente antes. Essa informação apresentada como anterior ao discurso, indiscutível, tem a função de tornar o argumento mais forte, e esse recurso indica a influência negativa do apagão para o estado.

Nesse mesmo parágrafo, o operador argumentativo “mas”, em “Do ponto de vista da racionalidade, pode parecer inacreditável, **mas** estima-se que o fornecimento só será plenamente restabelecido dentro de dez dias”, indica a dificuldade de considerar real o que ocorre no estado. Ao estabelecer uma oposição entre a realidade e a racionalidade, o autor indica que a informação sobre o prazo de restabelecimento da energia está no âmbito do irracional, do irreal e, portanto, do *inadmissível*.

O segundo parágrafo se destaca, do ponto de vista macrotextual, pelo recurso ao *pathos*. Ao identificar e classificar os moradores do Amapá como “cidadãos que trabalham e pagam os seus impostos em dia”, o enunciador tenciona criar uma identificação entre o sujeito com quem fala e o sujeito de que fala. O leitor pode, a partir disso, perguntar-se (conscientemente ou não): “Como eu me sentiria se estivesse nessa situação?”. Essa identificação promove, então, uma empatia que abre caminho para que o locutor provoque determinadas emoções no interlocutor.

Por meio da enumeração de “situações insólitas” por que passam esses cidadãos, o enunciador constrói uma espécie de cenário com alto potencial patêmico. Cada uma das situações elencadas pode provocar, no interlocutor, um sentimento de *indignação* ou *revolta* diante do quadro geral; todas elas, juntas, podem intensificar esses sentimentos.

De forma geral, o recurso ao *pathos* nesse parágrafo ajuda a construir a seguinte linha argumentativa: **se** os cidadãos que trabalham e pagam seus impostos estão submetidos a situações que geram indignação e revolta por conta do apagão, **então** “É inadmissível o apagão que afeta a população do Amapá”.

Essa empatia com o outro é expressa, também, como um traço do próprio enunciador. Nesse sentido, o sujeito da enunciação constrói para si a imagem de alguém preocupado com o bem-estar do cidadão comum, o que David Jr. (2017: 54) define como *ethos de benevolência*. A identificação passa a ser, então, entre o leitor, o cidadão amapaense e o próprio jornal.

Do ponto de vista microtextual, a presença do operador “ainda”, em “e enfrentar longas filas nos postos de combustíveis que **ainda** permanecem abertos”, marca o pressuposto de que há postos que não permanecem abertos, que fecharam. O enunciado indica, também, que a situação pode se alterar e esses postos abertos podem, em breve, deixar de funcionar, o que agravaria a situação descrita.

O terceiro parágrafo insere informações oficiais e uma figura que tem legitimidade: o Ministro de Minas e Energia. Apresenta-se o que ele disse e fez diante do ocorrido, concedendo-lhe aparente razão. Porém, logo em seguida, o texto diz: “**mas** que o sistema como um todo só deverá voltar ao normal em dez dias”. O operador argumentativo grifado aponta, de fato, para o argumento mais forte, do ponto de vista do enunciador. Essa estratégia enfraquece, então, o indicativo de resolução dado por Bento Albuquerque no trecho anterior (“[o ministro] Disse que o problema está sendo solucionado”), colocando maior peso na informação de que a normalização ocorrerá após um longo período de apagão (“dez dias”).

Além dessa contraposição, o operador argumentativo “só”, relacionado ao tempo de retorno à normalidade, indica um argumento que aponta para a negação da totalidade. Ao ser utilizado, reforça a ideia de que a solução dada pelo ministro é mínima, negando sua efetividade; logo, o posicionamento e as ações dessa autoridade diante do problema também são inadmissíveis.

No quarto parágrafo, destaca-se a oração relativa em “O equipamento reserva, **que poderia ser usado**, está em

manutenção desde dezembro”. Ela funciona como um marcador de pressuposição, indicando a existência de um equipamento com capacidade de evitar o apagão. Esse enunciado sinaliza a irresponsabilidade das autoridades: a situação não seria tão grave se esse equipamento não estivesse com a manutenção tão atrasada.

O verbo “poderia”, no futuro do pretérito, também reforça isso, mostrando que havia a possibilidade de tudo ter sido diferente. A negligência dos órgãos competentes é um forte argumento em favor da tese de que é inadmissível a situação do fornecimento de energia do Amapá.

O quinto parágrafo inicia com uma citação direta de um especialista no assunto. Fiorin (2018: 175), na esteira do trabalho de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), classifica esse argumento como *argumento de autoridade*: é o recurso a uma instância (um indivíduo, um grupo de pessoas ou uma instituição) que detém um tipo de saber validado pelo coletivo e que, portanto, tem autoridade para falar sobre determinados assuntos.

O recurso ao argumento de autoridade constrói uma linha de raciocínio que pode ser traduzida da seguinte maneira: **se** um especialista no assunto (um professor de planejamento energético de uma renomada universidade) classifica a situação da energia no Amapá como “um absurdo completo”, **então** é *inadmissível o apagão que afeta a população do Amapá*.

Esse argumento é, ainda, uma importante estratégia para a construção de determinados *ethé* do enunciador (a instância enunciativa jornal O Globo). Trazer a opinião de um especialista ajuda a construir tanto um *ethos de seriedade* – a fala do enunciador não é leviana e infundada, visto que é baseada em fontes sérias – quanto um *ethos de inteligência* – o recurso à fala de um especialista demonstra domínio intelectual e conhecimento sobre o assunto.

Se, no terceiro parágrafo, a concessão em relação à fala do ministro se estabelece por meio de uma estratégia de *suspense*, há uma estratégia de *antecipação* (GUIMARÃES, 1987: 120) no quinto parágrafo – especificamente no trecho “**Embora** a responsabili-

dade maior seja do estado, fica evidente para ele a falta de supervisão do setor pelo Ministério das Minas e Energia”. O operador “embora” é usado quando a informação introduzida por ele é o argumento mais fraco: é a isso que se chama estratégia de antecipação. O argumento mais forte é, então, a informação que vem depois, a saber, que seria necessária a supervisão pelo Ministério das Minas e Energia, mesmo que a responsabilidade legal seja do estado.

O sexto e último parágrafo apresenta o fechamento da discussão promovida ao longo do editorial. A primeira sentença – “Não se pode admitir que quase todos os municípios de um estado mergulhem na escuridão sem perspectivas de uma solução num tempo razoável” – é uma reformulação da tese. Essa reformulação acrescenta informações ao enunciado que serviu como título do texto, tendo uma dupla função: (a) retomar a tese, após a discussão promovida; e (b) aprofundá-la, tendo como base justamente as informações apresentadas e os recursos empregados.

A expressão “mergulhar na escuridão” e o trecho “sem perspectivas de uma solução num tempo razoável”, por exemplo, reforçam e intensificam as emoções provocadas no texto – principalmente indignação e revolta –, além de poderem provocar um sentimento de desespero. Essa carga patêmica na reformulação da tese é uma importante estratégia persuasiva do enunciador, ao final da linha argumentativa.

Destaca-se, enfim, a última sentença desse parágrafo: “Nada garante que um raio não possa cair duas vezes no mesmo lugar”. Trata-se, aqui, de um argumento por analogia. A sentença subverte um enunciado bastante popular, que tem ares de enunciação proverbial: “Um raio não cai duas vezes no mesmo lugar”. O recurso aos saberes e valores do auditório é uma importante estratégia, primeiramente, de captação, intensificada pelo jogo enunciativo com a palavra “raio” – a referência guarda uma coincidência com o fato em discussão, tendo em vista que o apagão

foi supostamente provocado por um raio. Isso demonstra argúcia por parte do enunciador.

Outro ponto importante, decorrente disso, é que o uso desse enunciado ajuda a construir um *ethos de prudência*. O editorial enumera diversos eventos que comprovam o descaso não só diante do apagão, mas nos cuidados anteriores necessários para sua prevenção. A falta de manutenção no equipamento reserva e a demora no restabelecimento completo da energia são apenas alguns dos pontos que demonstram essa negligência.

De fato, pesquisas científicas já comprovaram que não há nenhuma condição natural que evite a queda de um raio no mesmo lugar. Não só o raio – que se acreditava, na época da publicação do editorial, ser o causador do blecaute – pode se repetir, como também a indiferença das autoridades.

Não é possível efetivamente evitar a ocorrência do raio, seja este físico, seja metafórico. É possível, contudo, preparar-se para as adversidades inevitáveis e previsíveis. O enunciador prudente afirma isso, reforçando a tese de que “É inadmissível o apagão que afeta a população do Amapá”, assim como também é inadmissível a possibilidade de reincidência dessa situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o aporte teórico de importantes trabalhos para o estudo da argumentação, foi feita uma análise macro e microtextual das estratégias argumentativas presentes no editorial “É inadmissível o apagão que afeta a população do Amapá”, publicado pelo jornal O Globo em 08/11/2020, para a defesa da tese apontada no título do próprio texto. Ao longo do artigo, tencionou-se mostrar a diversidade de estratégias empregadas no editorial e a complementaridade entre as teorias apontadas, que demonstram o caráter argumentativo da linguagem.

A proposta de Amossy (2018) destaca as principais contribuições de áreas diversas para os estudos atuais da argumentação no discurso e aponta para os variados aspectos que

devem ser considerados em uma análise profícua da argumentação. Como se pôde perceber na discussão teórica e na análise do editorial, o trabalho de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) fornece contribuições importantes para a análise da argumentação no nível macrotextual, enquanto os estudos de Ducrot e Anscombre (1983) possibilitam a análise de estratégias argumentativas no nível microtextual.

Com base nos conceitos apresentados na seção dos pressupostos teóricos, bem como em outros trabalhos, a análise destacou, da perspectiva macrotextual, o recurso ao argumento de autoridade e à analogia, além da construção da imagem do orador (*ethos*) e das emoções provocadas no auditório (*pathos*). A análise no nível microtextual, por outro lado, assinalou o uso dos marcadores de pressuposição e dos operadores argumentativos como elementos que conduzem o interlocutor a aderir a determinados pontos de vista.

As estratégias e elementos linguístico-discursivos apontados e discutidos na análise do editorial corroboram, enfim, a ideia desenvolvida por Amossy (2018) de que as abordagens de análise do discurso estão combinadas, unidas para o estudo da eficácia do projeto persuasivo do sujeito enunciador.

Referências

ANSCOMBRE, J. C.; DUCROT, O. L. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelas: Margada, 1983.

ALVES FILHO, Francisco. *A autoria institucional nos editoriais de jornais*. Revista Alfa, São Paulo, 50 (1), 2006, p. 77-89.

AMOSSY, Ruth. *A argumentação no discurso*. Trad. Angela M. S. Corrêa et al. São Paulo: Contexto, 2018.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005 (Col. Biblioteca de Autores Clássicos).

DAVID JR., Roberto de Farias. *Ethé discursivos em editoriais do jornal O Globo: uma abordagem semiolinguística*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ/FL, 2017.

DUCROT, Oswald. (1984) *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. Argumentação e topoi argumentativos. In: GUIMARÃES, E. (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

É INADMISSÍVEL o apagão que afeta a população do Amapá. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 08 nov. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/e-inadmissivel-apagao-que-afeta-populacao-do-amapa-1-24734330>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2018.

GOUVÊA, Lúcia Helena Martins. Um estudo das emoções em crônicas jornalísticas. In: *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 25, p. 903-937, 2017.

GOUVÊA, Lúcia Helena Martins. Argumentação e ensino: análise de uma crônica jornalística. In: TRAVAGLIA, L. C.; MAGALHÃES, J. S. (orgs.) *Coletânea de Trabalhos do I Simpósio Internacional de Letras e Linguística: Múltiplas perspectivas em linguística*. Uberlândia, 2008. CD

GOUVÊA, Lúcia Helena Martins; SILVA, Welton Pereira e. Argumentação por implícitos como estratégia de patemização. *Revista Gragoatá (UFF)*, v. 24, n. 50, p. 853-872, 2019.

GUIMARÃES, Eduardo Junqueira. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas: Pontes, 1987.

Infoglobo, Sobre a Infoglobo. Disponível em: <<https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/institucional.aspx>>. Acesso: 24 nov. 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Maria Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Abstract: *This paper aims to analyze an editorial from the newspaper O Globo, based on the studies of Amossy (2018) on argumentation in discourse. It also relies on the contributions of Perelman and Olbrechts-Tyteca (2014) for the macro textual analysis and of Ducrot and Anscombe (1983) for the micro textual analysis of the argumentation. The analysis of the text highlights the use of the values of the audience, pathos and ethos, as well as the use of argument from authority, analogy and the employment of certain linguistic-discursive elements, such as argumentative operators and presupposition markers.*

Keywords: *Argumentation in Discourse; New Rhetoric; Argumentation in Language; Media Discourse; Editorial.*

Recebido em: 17/01/2021

Aceito em: 15/02/2021